

Ata

ATA DA 38ª (TRIGÉSIMA OITAVA) REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÓPEBA

Aos dias 18 de setembro de 2024, no Plenário Carino Saraiva Moreira, da Câmara Municipal de Betim, Praça Tiradentes, 48, Centro, Betim; aconteceu a 38ª (Trigésima oitava) Reunião Extraordinária do CBH do Rio Paraopeba. O presidente, Heleno Maia Santos Marques do Nascimento, agradeceu a presença de todos. Estiveram presentes os seguintes conselheiros: Maria de Lourdes Amaral Nascimento - IGAM, Márcio Heitor Stelmo Da Silva - SES, Lauro Batista Tuler - IEF, Guilherme de Oliveira Leão - SEAPA, Cláudio Mesquita - SEMAD, Nívia Maria Abelha - Município De Betim, Viviane Das Graças Rodrigues Pires - Município De Ouro Preto, Paulo Henrique Dias Campos - CONDAPAV, Marina Amaral Ferreira - Município De Rio Manso, Rafaela Lages de Lima - Município de Caetanópolis, Renato Júnio Constâncio - Horizontes Energia S.A., Alessandro de Oliveira Palhares - COPASA, Rafael Tavares De Lucena Lotti Vieira - IBRAM, Andréa De Oliveira - CSN Mineração S.A., Gabriel Maciel dos Reis - Ardósias Figueiredo & Almeida Ltda, Guilherme da Silva Oliveira - FAEMG, Liliane Cristina De Almeida - Mineração São José Da Lagoa Ltda., José Antônio da Cunha Melo - ABES, Naiara Dias de Barros - CRBIO-04, Vanderli Custódio De Souza - SINDÁGUA, Leonardo Gomes Lara - Associação Promutuca, Cibelle Regina Nunes - OAB, Frederico Keizo Odan - CEFET MG, Heleno Maia Santos Marques do Nascimento - IHMBio e Altino Rodrigues Neto - Instituto Ibi Auá. O presidente informou, no momento da instalação da reunião que haviam 20 (vinte) conselheiros presentes, houve a presença total de 25 (vinte e cinco) conselheiros. Em seguida houve a execução do hino nacional brasileiro. Após a execução do hino nacional brasileiro, o presidente confirmou o quórum com o auxiliar administrativo e pediu que, caso algum conselheiro estivesse impedido de votar em algum ponto de pauta, que se manifestasse, todavia não houve manifestação. O presidente colocou em votação o primeiro ponto de pauta: **Apresentação, discussão e deliberação da minuta de ata da 36ª Reunião extraordinária, realizada em 19 de junho de 2024:** o presidente colocou a ata da 36ª reunião extraordinária em discussão, dispensando a leitura da ata, visto que todos os conselheiros receberam a minuta por e-mail. Não havendo manifestação, colocou em votação, tendo sido esta ata aprovada por unanimidade. **Apresentação, discussão e deliberação da minuta de ata da 65ª Reunião ordinária, realizada em 26 de junho de 2024:** o presidente colocou a ata da 65ª reunião ordinária em discussão, dispensando a leitura da ata, visto que todos os conselheiros receberam a minuta por e-mail. Não havendo manifestação, colocou em votação, tendo sido esta ata aprovada por unanimidade. **Apresentação, discussão e deliberação da minuta de ata da 37ª Reunião extraordinária, realizada em 31 de julho de 2024:** o presidente colocou a ata da 37ª reunião extraordinária em discussão, dispensando a leitura da ata, visto que todos os conselheiros receberam a minuta por e-mail. Não havendo manifestação, colocou em votação, tendo sido esta ata aprovada por unanimidade. **Apresentação, discussão e deliberação sobre a criação do grupo de trabalho de Acompanhamento.** Alessandro Palhares, representando a Copasa, iniciou sua fala cumprimentando os presentes e expressando o desejo de compreender melhor, aproveitando a experiência dos demais conselheiros, especialmente em situações práticas que possam ocorrer. Ele mencionou que gostaria de avaliar a viabilidade da participação do grupo, destacando o avanço do comitê em ser mais proativo e efetivo na gestão da bacia. No entanto, Alessandro reiterou seu interesse em obter um entendimento mais claro sobre o assunto. O presidente do CBH-Paraopeba, Heleno Maia, respondeu ao conselheiro Alessandro explicando a situação. Ele mencionou que o comitê tem recebido diversas denúncias via e-mail relacionadas a crimes ambientais, especificamente ligados aos recursos hídricos da bacia. Heleno destacou que o comitê não possui o poder de fiscalização direta, mas tem a função de acompanhar as fiscalizações e determinar as contratações necessárias. Ele explicou que não há um grupo de acompanhamento formal e que, ao criar o grupo, incluiu vários atores importantes, como a COPASA, pois 99% das denúncias envolvem essa entidade. Heleno acrescentou que gostaria que a COPASA tivesse uma postura mais proativa dentro do grupo. Ele também incluiu José Antônio, da Abes, no grupo, buscando garantir um perfil técnico capaz de realmente investigar e solucionar as denúncias relacionadas

aos crimes ambientais. Paulo Henrique, da CONDAPAV, levantou um questionamento sobre a representatividade do poder público no grupo de trabalho. Ele observou que, aparentemente, não há representantes dos municípios na deliberação, mencionando que tanto a Polícia Militar quanto os municípios deveriam estar incluídos. Como representante de uma entidade municipal, ele relatou que recebe muitas denúncias, especialmente de três municípios: Casa Grande, Cristiano Ottoni e Queluzito; que fazem parte do Consórcio dentro da Bacia do Paraopeba. Segundo Paulo Henrique, é comum que essas localidades reportem denúncias de diversos tipos, inclusive de depredação e outros atos relacionados. Diante disso, ele questionou se não seria adequado que a representatividade municipal também estivesse contemplada dentro desse grupo de trabalho. O presidente Heleno Maia respondeu ao Conselheiro Paulo Henrique, explicando que havia seguido o que já havia informado anteriormente. Ele mencionou que, conforme havia avisado, achava que o grupo técnico estava reduzido e, por isso, sugeriu incluir mais pessoas técnicas, inclusive do âmbito estadual, para aumentar a pro atividade do grupo. O presidente destacou que havia proposto dois representantes de cada segmento, reconhecendo que todos querem e devem participar, mas que, infelizmente, não seria possível nomear todos os conselheiros. No entanto, ele ressaltou que isso não impede a participação do Conselheiro Paulo nos grupos. Heleno afirmou que, embora a questão técnica não seja sempre preponderante, é importante para o direcionamento dos órgãos representados. Ele também sugeriu a possibilidade de participação online e convidou o subsecretário a estar presente para orientar o pessoal, além de sugerir o envio de encaminhamentos através do sistema Paraopeba para as secretarias de gestão ambiental do grupo de trabalho (GT). A representante do CRBIO-04, Naiara Dias de Barros, ressaltou que é interessante a participação do poder público, especialmente considerando questões de fluxo e a fiscalização, como já havia sido mencionado anteriormente. A conselheira não entrou em mais detalhes sobre esse ponto, mas destacou a importância de garantir que todos os conselhos ou entidades externas envolvidos mantenham suas representações para evitar ausências, mencionando que, como viaja frequentemente, gostaria de propor a substituição ou a criação de uma terceira representatividade em cada um desses pontos, com o objetivo de garantir o número mínimo de participantes. A conselheira sugeriu a possibilidade de cada segmento contar com um substituto. Além disso, ela esclareceu que a cadeira de seu suplente pertence ao FONASC. O Presidente Heleno Maia afirmou que essa alteração seria feita na deliberação referendada. Com as alterações sugeridas pela conselheira, o presidente do CBH-Paraopeba colocou em votação. Não havendo manifestações a Deliberação foi referendada por unanimidade. O Presidente então abriu o próximo ponto de pauta: **Apresentação, discussão e deliberação do Plano Plurianual de Aplicação (PPA) dos recursos da cobrança pelo uso de recursos hídricos na bacia hidrográfica do Rio Paraopeba, referente aos exercícios 2024 a 2027:** Neste momento solicitou a CTPLAN para fazer sua apresentação do relatório. Antes do início da apresentação feita pelo coordenador da Câmara Técnica, o presidente pediu desculpas e apresentou a diretora-geral da Agência Peixe Vivo, Rubia Mansur, que havia sido convidada a se assentar à mesa diretora. Em seguida, o presidente devolveu a palavra ao coordenador da Câmara Técnica de Planejamento (CTPLAN). Gabriel Reis, representante da Ardósias Figueiredo e coordenador da CTPLAN, começou cumprimentando os presentes e relatou sobre a última reunião realizada no âmbito da CTPLAN. Ele mencionou que foram discutidos dois temas principais, sendo um deles a seleção de microbacias para recuperação e implementação de práticas de conservação e produção de água. Gabriel destacou a participação da Rubia e da Jaqueline, que fez uma apresentação durante a reunião e provavelmente a repetiria para toda a assembleia. Ele também reforçou a importância de seguir o plano diretor, que norteia as ações do grupo. Foi mencionado que, após um longo processo que incluiu a elaboração do plano diretor, a aprovação da cobrança e o enquadramento, o trabalho efetivo nas microbacias estaria finalmente começando. O conselheiro frisou que os recursos já estão disponíveis, e é essencial ter um planejamento claro sobre como serão aplicados nos próximos anos. Por fim, ele expressou confiança de que as ações planejadas seriam realizadas ao longo do tempo, com o acompanhamento contínuo do comitê, e que as questões discutidas passariam por aprovação para dar andamento às iniciativas em curso. O presidente, Heleno Maia, passou a palavra para Rubia Mansur, que se apresentou, informando que faz parte da equipe da Agência Peixe Vivo há 14 anos e que atualmente ocupa o cargo de diretora geral da entidade. Ela expressou sua felicidade em participar da reunião do CBH-Paraopeba, mencionando que era apenas a primeira de muitas e que estava entusiasmada em contribuir para essa evolução junto aos presentes. Rubia assegurou que a equipe estava à disposição e destacou a participação de Jaqueline, gerente de projetos da agência, que faria uma apresentação semelhante à realizada com a CTPLAN, com os ajustes necessários levantados pelo grupo. Ela também mencionou André Rodrigues, coordenador técnico administrativo, que apresentaria dois

instrumentos importantes do contrato de gestão firmado na parceria: o plano de aplicação, que abordaria os investimentos a serem deliberados em relação ao plano diretor, e o plano orçamentário de aplicação, que contemplaria o custeio da entidade e o apoio necessário ao comitê do Paraopeba. Rubia reiterou sua disposição para colaborar e sua satisfação em estar com todos ali. Após a fala de Rúbia Mansur, Jaqueline Fonseca fez a apresentação a seguir. Ela se apresentou como gerente de projeto da Agência Peixe Vivo e iniciou explicando o conceito do PPA (Plano Plurianual), que é um orçamento destinado à aplicação de recursos arrecadados através da cobrança, distribuídos em programas e ações específicas para o período de 2024 a 2027. Jaqueline destacou que, conforme a Lei Federal 9.433/97 e a Lei Estadual 13.199/99, o PPA deve ser elaborado pela agência de bacia ou entidade delegatária e submetido à plenária do comitê. A importância desse instrumento é que ele orienta a aplicação dos recursos da cobrança em toda a bacia do Paraopeba. Ela mencionou que o contrato de gestão foi assinado no dia 30 de julho deste ano, e que não é possível iniciar contratações sem a aprovação do PPA. O desempenho do contrato é avaliado com base em indicadores que analisam a execução física e financeira do PPA. Jaqueline explicou que o PPA foi elaborado seguindo o Manual de Execução de Contratos, publicado em 2019, e a Portaria nº 52 de 2019, que estabelecem normas para a aplicação dos recursos. O PPA foi construído em três eixos: 1) programas e ações de gestão, 2) programas e ações de planejamento e 3) programas e ações estruturais. A apresentação incluiu uma tabela demonstrando a estrutura do PPA, destacando a hierarquia dos eixos e os componentes de cada um. Ela enfatizou que o plano de recursos hídricos da bacia, aprovado em 2019, é atualizado e leva em conta as consequências do desastre de Brumadinho, dividido em sete eixos estratégicos, 15 programas e 34 ações, com um investimento estimado em aproximadamente R\$ 600 milhões. Dada a magnitude do investimento, as ações foram priorizadas. Jaqueline também apresentou dados sobre a arrecadação: em 2023, o valor total cobrado foi de R\$ 18,3 milhões, enquanto o valor efetivamente arrecadado foi de R\$ 16,1 milhões, apresentando uma inadimplência de 12%. Ela lembrou que a Lei 9.433 prevê que 92,5% dos recursos sejam destinados a investimentos, enquanto 7,5% devem ser utilizados para custeio. Em relação aos anos de 2024 a 2027, os valores previstos para a arrecadação variam entre R\$ 17,2 milhões e R\$ 19 milhões, considerando uma inadimplência conservadora de 20%. Jaqueline explicou que a aplicação dos recursos durante este período segue as categorias de investimento do PPA, que não incluem valores destinados ao custeio. Ela concluiu ressaltando a importância do PPA na definição de atividades, investimentos e a organização das ações do comitê, permitindo uma melhor gestão dos recursos hídricos da bacia do Paraopeba. O conselheiro Frederico Keizo Odan, representante suplente do CEFET, iniciou sua fala cumprimentando a todos e apresentando algumas considerações sobre a deliberação. Ele se referiu ao Artigo terceiro, que trata da tomada de decisão em relação a mudanças na aplicação dos recursos do plano plurianual, questionando se as alterações seriam feitas apenas com autorização da diretoria, sem passar pelo Plenário. A diretora da Agência Peixe Vivo, Rubia Mansur, respondeu esclarecendo como funciona usando como referência o processo do CBH São Francisco. Ela explicou que, para alterações acima de 20%, o plenário precisa aprovar. Para mudanças inferiores a 20%, a diretoria tem autonomia, mas sempre apresenta as propostas à diretoria, que pode aprovar ou não. A senhora Rubia mencionou que, na primeira plenária do ano subsequente, todas as alterações realizadas no planejamento abaixo de 20% são apresentadas, a fim de garantir que o plenário esteja ciente das mudanças. Ela destacou que, embora a diretoria tenha autonomia para realizar alterações, essas devem ser discutidas com o comitê, já que o planejamento deve ser ajustado conforme necessário. Ela também comentou sobre a dinâmica financeira, mencionando que, por vezes, ajustes são feitos devido a variações nos valores orçamentários. Ela pediu para lembrar o funcionamento do instrumento, citando que foi criada uma deliberação similar ao que já existia. Por fim, ressaltou que, uma vez aprovado o planejamento, não é permitido mudar rubricas, a não ser por remanejamento orçamentário, e que qualquer alteração deve passar pelo plenário, enfatizando que isso não é permitido sem a devida justificativa. O conselheiro Frederico Keizo, representante do CEFET, expressou sua preocupação em relação à atuação dos membros nos comitês de bacia, reconhecendo a competência da diretoria. Ele ressaltou que, apesar de não haver alterações nas súmulas, a legislação das águas exige que as aplicações sejam aprovadas pelo comitê. Frederico questionou como ficaria essa situação, uma vez que a diretoria, por não representar o comitê, não tem a autoridade para decidir por ele. A diretora da Agência Peixe Vivo, Rubia Mansur, respondeu que o orçamento não se pode permanecer engessado, pois o trabalho é dinâmico. Ela explicou que o comitê está atualmente aprovando o planejamento e que a agência Peixe Vivo deve seguir as diretrizes estabelecidas. A diretoria da Peixe Vivo enfatizou a necessidade de que a diretoria apresente as propostas ao plenário e que a preocupação reside na dependência das reuniões para realizar alterações que, em algumas situações, podem ser urgentes. Ela reiterou que a

prerrogativa pertence ao comitê, enquanto a diretoria atua como representante do mesmo. O conselheiro Frederico Keizo, questionou sobre a destinação dos 7,5% referentes ao custo administrativo, sugerindo que essa porcentagem poderia ser integralmente aplicada à agência Peixe Vivo. No entanto, ele destacou que o Decreto Estadual mais recente, de 2021, menciona a aplicação desses recursos não apenas para a agência, mas também para o monitoramento. Ele interpretou que, conforme o artigo redigido, os 7,5% estariam limitados à agência Peixe Vivo, não deixando margem para alocação em monitoramento. Em resposta, a diretora da Agência Peixe Vivo, Rubia Mansur, expressou seu desacordo, argumentando que, no âmbito federal, o monitoramento não é classificado como custeio, mas sim como investimento. Ela mencionou que o monitoramento é tratado como parte dos 7,5% e que iriam apresentar documentos como folhas de pagamento e despesas da Bacia do São Francisco, com o intuito de fortalecer a agência e permitir um atendimento adequado. Ela enfatizou que o percentual de 7,5% é limitante e que, no Estado, os funcionários da área técnica ainda não são considerados um investimento. Ressaltou ainda que, se incluíssem o monitoramento do Paraopeba nos 7,5%, não conseguiriam atuar efetivamente, sugerindo uma articulação com o governo estadual para que o monitoramento fosse classificado como um investimento, em vez de custeio administrativo. O conselheiro Frederico Keizo, questionou sobre os valores de aplicação, especificamente no item relacionado ao domínio e criação do website. Ele mencionou que não estava claro se o valor para a manutenção do domínio estava incluído, ressaltando que, para manter um domínio, é necessário um pagamento anual, e que não se trata apenas da criação do mesmo. A diretora da Agência Peixe Vivo, Rubia Mansur, respondeu que havia verificado a possibilidade de contratar o domínio por um período de até 7 a 10 anos. Ela explicou que a manutenção seria necessária, mas que seria elaborado um plano de comunicação, que após a elaboração desse plano, uma empresa seria contratada para executar a comunicação, e essa empresa também assumiria a responsabilidade pela manutenção e atualização do website. O conselheiro Leonardo Lara, representante da Promutuca, questionou diretamente a senhora Jaqueline Fonseca, gerente de projeto da Agência Peixe Vivo, sobre o plano desenvolvido, lembrando que houve um período burocrático até a assinatura do contrato de gestão. Ele observou que, embora o planejamento pudesse ter começado em janeiro de 2024, estava sendo apresentado apenas no final do ano, o que resultaria em ações sendo realizadas com atraso. O conselheiro destacou que o plano é dividido em quatro anos, mas, como já era setembro, restavam apenas três meses e meio de 2024. Ele se perguntou se as ações foram planejadas levando em conta esse período limitado ou se as atividades do ano inteiro seriam abordadas, com a expectativa de recuperar o tempo perdido posteriormente. A gerente de projeto da Agência Peixe Vivo, Jaqueline Fonseca, explicou que, ao considerar o restante do ano, usou como exemplo a estação dos pipes do programa de recuperação ambiental, onde foi alocado apenas R\$ 15.000 para 2024. Essa decisão foi tomada porque, eventualmente, haveria gastos relacionados a essa rubrica, mas não se esperava que fossem significativos. Ela esclareceu que o objetivo era realizar o processo de seleção até o final do ano, o que levaria cerca de cinco a seis meses. No ano seguinte, elaborariam o termo de referência para contratar as empresas que desenvolveriam os projetos. Ela mencionou que haveria um investimento maior previsto para 2025, seguindo a mesma lógica para 2026 e 2027, para a execução dos projetos elaborados anteriormente. Por fim, destacou que, para 2024, quase nenhuma previsão foi feita, considerando apenas o que se pretendia desembolsar até o final do ano. O conselheiro Jose Antonio Melo, representante da ABES, expressou que se lembrava do plano diretor, e destacou a importância de adequar os municípios que não possuem um plano municipal de saneamento. Ele mencionou que já havia conversado com outros comitês e que, em algumas ocasiões, havia uma preocupação em colaborar com as prefeituras, embora não soubesse em que nível seria essa parceria. Ele sugeriu que o comitê pudesse colaborar, inclusive com recursos da bacia, para desenvolver planos diretores para aqueles municípios que não têm, ressaltando que a questão do tratamento de esgoto é fundamental para a saúde e o meio ambiente. Além disso, ele sugeriu a realização de um levantamento para identificar quantas cidades não possuem plano diretor municipal de saneamento e procurar colaboração para estabelecer parcerias com essas prefeituras. A Gerente de Projetos, Jaqueline Fonseca, respondeu que, em termos de investimento, não foram incluídas atividades relacionadas a esse tema no planejamento para os próximos quatro anos, pois a equipe seguiu a lógica do plano diretor, priorizando as ações elencadas para execução a curto prazo. Ela mencionou que o comitê do São Francisco fez um investimento significativo na elaboração de planos municipais de saneamento básico e citou alguns municípios da bacia do Paraopeba que foram contemplados, como Caetanópolis e Felixlândia. Ela afirmou que, embora não tenham um levantamento específico, isso poderia ser feito sem dificuldades para identificar quais municípios da bacia ainda não possuem planos de saneamento básico atualizados. No entanto, ela reiterou que, até o momento, não havia previsão de recursos para investimento, pois estavam

respeitando as prioridades estabelecidas no plano diretor atual. O conselheiro José Antonio Melo, declarou sua preocupação quanto aos municípios que não tem planos de tratamento de esgoto e um plano diretor que trate disso. O Conselheiro Gabriel Reis, representante da Ardosias Figueiredo, fez uma série de considerações, primeiramente direcionadas ao conselheiro José Antônio. Ele reconheceu que, embora a questão do saneamento seja relevante, não se pode desviar do que já foi aprovado, mantendo o foco nas etapas previstas. Ele mencionou que, no acordo da Vale, ao qual não têm acesso, há recursos destinados a todos os municípios, e destacou que os 600 milhões mencionados no processo de saneamento não devem alterar o planejamento em curso, também comentou as considerações feitas pelo conselheiro Frederico Keizo, considerando-as pertinentes, mas expressou que não se deve sobrecarregar a agência responsável, que já está antecipando seus trabalhos, mesmo com o contrato formalizado apenas em junho e com a atuação efetiva prevista para janeiro. Ele afirmou que, em sua participação anterior na diretoria, enxergou uma agência competente e reforçou a confiança nela. Em relação à execução dos projetos, Gabriel ressaltou que não se trata apenas de alocar dinheiro, mas que há regras rigorosas a serem seguidas. Ele destacou a necessidade de paciência e o fato de que o PMI (Procedimento de Manifestação de Interesse) está prestes a ser lançado, com a possibilidade de ajustes baseados no interesse das partes. O conselheiro também levantou a questão do pagamento pelo serviço ambiental, que, apesar de não estar no plano diretor, ele considera relevante para produtores de água. Ele sugeriu que essa questão poderia envolver parcerias entre prefeitura, órgãos privados e estaduais, e questionou como poderiam incluir esse tema no plano diretor, considerando-o uma bandeira a ser defendida, ressaltando que, após seis ou sete anos de atuação, acredita que agora o trabalho real poderá começar, já que antes estavam limitados pela falta de recursos. Ele reafirmou sua confiança na Agência Peixe Vivo e sugeriu aumentar o número de reuniões e discutir a prestação de contas, destacando a importância de atividades contínuas na bacia, que ele acredita que finalmente começarão a ser implementadas. O conselheiro José Antônio, respondendo ao conselheiro Gabriel, esclareceu que, ao mencionar o plano diretor, ele estava se referindo ao plano diretor em nível de planejamento, enfatizando a capacidade de estruturação e planejamento, e não diretamente sobre obras ou projetos específicos, como o de saneamento ou de estações. Ele explicou que o plano diretor municipal é um instrumento necessário que contém diretrizes básicas, e, após a sua elaboração, é que se passa para as fases seguintes, como a captação de recursos pela prefeitura para realizar o projeto e, posteriormente, a execução das obras, dentro das possibilidades temporais. Destacou ainda que o plano diretor é uma peça técnica essencial, com um custo relativamente baixo em comparação com os projetos executivos e as obras, sendo fundamental para planejar a solução futura dos problemas relacionados à água e esgoto. O Presidente do CBH-Paraopeba, Heleno Maia, em resposta a José Antônio Melo, explicou que entendia a preocupação levantada. Ele mencionou que suspendeu suas visitas aos municípios devido ao período eleitoral, pois considera pouco eficaz discutir questões com um prefeito que pode ser substituído em breve. Informou ainda que retomará sua agenda de visitas aos 48 municípios da bacia a partir de janeiro do próximo ano (2025), e que, nessas visitas, será possível discutir e verificar quais municípios possuem planos de saneamento, se esses planos estão atualizados ou não, o que permitirá um levantamento mais preciso para futuras discussões. Jaqueline Fonseca, gerente de projetos da Peixe Vivo, respondendo ao conselheiro Gabriel Reis, explicou que há uma restrição legal no que diz respeito ao uso de recursos da cobrança para pagamento por serviços ambientais (PSA). Ela ressaltou que, apesar dessa limitação, é possível elaborar e até executar projetos, como será feito na bacia do Paraopeba, por meio de intervenções pontuais. Essas intervenções requerem manutenção a longo prazo, e geralmente isso é feito por meio de acordos com prefeituras e outros parceiros, citando como exemplo da bacia do Velhas, na região de Itabirito, bacia do Carioca, onde foi implementado um programa de produção de água com PSA. Nesse caso, o comitê financiou os projetos e parte da execução com recursos próprios, mas o pagamento aos produtores foi viabilizado por meio de uma parceria com a TNC e a Coca-Cola, que definiram um valor e realizaram os pagamentos, destacando a importância da articulação entre o comitê e parceiros externos; e que a Peixe Vivo, atuando como secretaria executiva, tem como objetivo essa organização e engajamento para ampliar a área de atuação do comitê, indo além das limitações impostas pelos recursos da cobrança. O conselheiro Altino Rodrigues Neto, do Instituto Ibi Aúá, iniciou sua fala cumprimentando a todos e fez algumas considerações a partir do que foi mencionado por Frederico, explicando que o modelo proposto é uma recomendação da Agência Nacional de Águas (ANA) e é aplicado no comitê da bacia do São Francisco, permitindo o remanejamento de até 20%, passando pela diretoria. Ele reforçou que, como Rúbia deixou claro, a diretoria tem a prerrogativa de representar o comitê, algo que tem funcionado bem não só no comitê do São Francisco, mas também em outros comitês. Ele destacou que a transparência é garantida pela colocação das informações em plenária, o que legitima o processo,

também concordou com a fala do conselheiro José Antônio sobre a necessidade de focar nos planos municipais de saneamento básico, especialmente na bacia do Paraopeba, que foi historicamente prejudicada em termos de qualidade da água e, mais recentemente, agravada pelo rompimento da barragem. Citou que o São Francisco teve uma experiência semelhante ao longo dos anos, com investimentos robustos, resultando em 116 planos de saneamento elaborados com recursos do comitê. No entanto, muitos desses planos não foram implementados por falta de capacidade dos municípios. Altino sugeriu que o Paraopeba poderia seguir o modelo do São Francisco, buscando articulação com outras instâncias, como a Funasa, para implementar os planos existentes. Em relação à fala de Gabriel sobre o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), Altino afirmou que a Peixe Vivo já possui grande expertise nesse tema e destacou o programa "Produtor de Água", que foi instituído no comitê do São Francisco e poderia servir como um exemplo a ser seguido no Paraopeba. Ele acredita que grandes empresas da região possivelmente se interessariam em exercer sua responsabilidade social e ambiental por meio desse programa. Altino também mencionou a evolução das negociações com o comitê gestor dos recursos da Eletrobrás, com a expectativa de um aporte anual de cerca de 350 milhões de reais para investir na bacia e no programa "Produtor de Água". Ele concluiu apontando que, embora haja um grande horizonte para avanços, o comitê ainda precisa estruturar adequadamente essas ações e estabelecer um arcabouço legal para garantir sua efetividade. Por fim, Altino comentou sobre a elaboração do plano continuado de comunicação, mencionando que achou o valor apresentado significativo e sugeriu que, se possível, fosse justificado. Rubia Mansur, diretora da Peixe Vivo, respondeu ao conselheiro Altino explicando que a construção e execução do plano seguiu, no caso do Rio das Velhas, um modelo já existente, baseado nas experiências do São Francisco e do Paracatu. No entanto, ela destacou que, em termos de comunicação, a realidade do Paraopeba pode ser diferente daquelas outras bacias, como o Velhas ou o Paracatu. Por isso, a ideia inicial é realizar um diagnóstico específico da Bacia do Paraopeba em termos de comunicação, identificando suas necessidades antes de contratar uma empresa para elaborar e executar o plano de comunicação. Ela ressaltou que o objetivo é criar algo personalizado para o Paraopeba, evitando o uso de um "copia e cola" de outros comitês. A elaboração do plano foi subsidiada tomando como referência o Plano de Educação Ambiental do São Francisco, embora ela tenha destacado que a dimensão do São Francisco é bem maior. O valor estimado para a elaboração do plano foi de aproximadamente 350 mil, corrigido pelo IPCA, mas esse montante poderia variar para mais ou para menos, com possibilidade de remanejamento de recursos. Rubia também comentou que a execução do plano de comunicação é substancialmente mais cara, com uma estimativa de 3 milhões de reais, valor que foi ajustado após discussões com a CTPLAN. Ela mencionou que os contratos de comunicação são robustos, exemplificando que o contrato do Rio das Velhas está próximo de 2 milhões de reais, devido à necessidade de uma equipe multidisciplinar que inclui redatores, diagramadores, designers e outros profissionais. Além disso, o plano também deverá contemplar impressos, revistas, podcasts e redes sociais como Instagram. Por fim, reforçou que, embora a proposta apresentada estivesse baseada nos contratos atuais, a aprovação dependia do comitê, destacando a importância de entender a dinâmica específica do comitê do Paraopeba, especialmente no que diz respeito aos eventos e outras necessidades de comunicação, para ajustar o orçamento adequadamente. O Presidente Heleno Maia, ao tomar a palavra, aproveitou para destacar que continuará buscando o recurso da Vale, que está atualmente parado. Ele mencionou que fará uma reunião com o novo presidente do tribunal de justiça e com os promotores em breve para discutir o assunto. O presidente destacou que este recurso permanece sem destinação definida e expressou sua dificuldade em entender por que isso ocorre. Mencionou que questionou ao governador durante uma visita recente à região. Após apresentar essas informações, o Presidente colocou em votação o PPA, solicitando que os favoráveis permanecessem como estavam e que os contrários se manifestassem. Não havendo manifestações, o plano plurianual, o PPA, foi aprovado por unanimidade. O conselheiro Altino Rodrigues Neto, fez um pedido direcionado a diretora da Agencia Peixe Vivo, a senhora Rubia Mansur, destacando a importância do passo dado pelo Comitê do Paraopeba e sugeriu que, se possível, providenciasse uma nota a ser publicada tanto no site da Agencia Peixe Vivo, quanto no Comitê do São Francisco. O conselheiro ressaltou que o comitê havia superado uma barreira importante e cumprido uma etapa significativa, solicitando que esse avanço fosse registrado. O presidente do CHB-Paraopeba então passou ao próximo ponto de pauta: **Apresentação, discussão e deliberação do Orçamento anual da Agência Peixe Vivo, referente aos recursos da cobrança pelo uso de recursos hídricos na bacia hidrográfica do Rio Paraopeba para aplicação no custeio de 2024**, questionando se haveria alguma apresentação. André Rodrigues, coordenador técnico administrativo, apresentou o Programa Orçamentário Anual (POA) referente ao exercício de 2024. Ele iniciou explicando que o planejamento orçamentário

anual havia sido apresentado anteriormente por Jaqueline Fonseca, com a categoria de investimentos, e que ele detalharia a categoria de custeio para o exercício de 2024, conforme os normativos e o contrato de gestão assinado. Ele começou dizendo que foi prevista uma arrecadação total de R\$ 17.295.999,82, sendo que, que os 7,5% seriam aproximadamente R\$ 1.297.000 destinados ao custeio. Ressaltou que esses recursos de custeio são voltados à operação e administração da agência, diferenciando-se dos recursos de investimento. Embora o recurso de custeio seja livre para a operação, ainda passa por prestação de contas no final de cada exercício, com todas as despesas contabilizadas e registradas. Detalhando que a verba destinada à categoria de vencimentos e vantagens incluem um montante de R\$ 99.500 para pagamento de salários e honorários dos funcionários da agência. Em seguida, mencionou as despesas administrativas, como aluguel, manutenção predial, telefonia, locação de PABX, e despesas com materiais de consumo, todos necessários para o funcionamento da agência e do comitê, também listou despesas operacionais como água, energia, limpeza, conservação, recepção e publicação de documentos no Diário Oficial. Todas essas despesas, segundo ele, seguem um processo licitatório, mesmo para valores pequenos, com publicações realizadas no site da agência e em jornais de grande circulação. Na sequência, ele abordou o apoio a atividades administrativas e reuniões internas da agência e do comitê, além de serviços de agenciamento de viagens, diárias e ressarcimentos. Ele mencionou também a estruturação do escritório do comitê, com aquisição de equipamentos permanentes, como materiais de informática, eletrodomésticos, mobiliário e eletrônicos e, por fim, destacou que todas as despesas são auditadas, submetidas ao conselho para aprovação e alinhadas com os parâmetros legais e financeiros. Colocou-se à disposição para esclarecimentos e reforçou o compromisso com a transparência e a prestação de contas da agência. O conselheiro Gabriel Reis questionou sobre os valores apresentados, mencionando que o documento enviado (a minuta da deliberação) por e-mail indicava um valor de R\$ 251.747, mas ele não conseguiu identificar o motivo do aumento. Ele pediu para esclarecer o que causou essa variação, solicitando a informação. O André Rodrigues, coordenador técnico administrativo, respondeu que, durante uma revisão no dia anterior, foram acrescentadas duas despesas ao orçamento. Ele explicou que, em função da prática de compartilhamento, que já é utilizada em contratos de gestão em outras regiões como Velhos, Pará e São Francisco, e devido à limitação de 7,5% para a categoria de custeio, foi alocada uma verba de R\$ 99.500 para o compartilhamento dos salários dos funcionários. Além disso, foi inserido um valor de R\$ 102.096 referente ao aluguel de um andar adicional no escritório da Agência Peixe Vivo, que seria utilizado para expandir a equipe e a estrutura necessária para a continuidade do trabalho, já pensando em novos funcionários para o próximo exercício de 2025. Rubia Mansur, diretora geral da Agência Peixe Vivo, complementou explicando que, caso a proposta fosse aprovada, a agência agilizaria a contratação de pessoal para atender as demandas do Paraopeba, que necessitava de uma equipe maior, incluindo coordenação técnica e funcionários da área de suporte, como RH e prestação de contas. Ela ressaltou que a estrutura física atual da agência não comportava mais funcionários e que o compartilhamento do custo do novo andar seria feito pelos contratos de gestão, incluindo o do Paraopeba. Com isso, a equipe poderia crescer e atender com excelência as demandas do comitê. O conselheiro Gabriel perguntou se o orçamento mencionado já estava definido e se o contrato de aluguel seria referente ao próximo ano, ou somente o ano em curso, ou seja, 2024. Rubia Mansur, diretora da Agência Peixe Vivo, respondeu que o contrato seria para este ano, 2024. Ela explicou que está em pauta a aprovação do planejamento para 2024 e que a do próximo ano será apresentada na última plenária do ano, para aprovação, como deverá acontecer todos os anos. Ela destacou que o valor atual é menor, pois refere-se a um período de quatro a cinco meses, resultando em aproximadamente 7,5%, ou cerca de um milhão e meio. Esse valor, em caso de superávit acumulado, será transferido para o próximo ano, 2025, pensando sempre em ter sempre uma reserva financeira, demonstrando não ser intenção da administração gastar todo o recurso, mas manter sempre um saldo positivo para o ano subsequente. Em sequência, o Presidente colocou em votação o Plano Orçamentário Anual - POA, solicitando que os favoráveis permanecessem como estavam e que os contrários se manifestassem. Não havendo manifestações, o Plano Orçamentário Anual - POA, foi aprovado por unanimidade. O presidente, Heleno Maia, então, colocou o próximo ponto de pauta: **Apresentação, discussão e deliberação da composição do Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão (GACG) firmado entre o Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM e a Agência de Bacia Hidrográfica Peixe Vivo com a interveniência do CBH do Rio Paraopeba**, o presidente passou a palavra para Giuliane Almeida, analista ambiental do IGAM, que fez uma apresentação sobre o grupo de acompanhamento do contrato de gestão. Ela explicou que o contrato contém cláusulas que estabelecem as obrigações do IGAM, do comitê e da entidade equiparada, como a agência de bacia hidrográfica. Destacou as competências do grupo de acompanhamento, mencionando que uma das

principais responsabilidades é avaliar os resultados da entidade equiparada em relação ao cumprimento do programa de trabalho, que está anexado ao contrato de gestão e inclui indicadores como secretaria executiva, gestão administrativa e gestão proativa, ela explicou que esses indicadores possuem critérios e objetos específicos, citando como exemplo o indicador da secretaria executiva, cujo foco é a transparência e a disponibilização de informações. A entidade equiparada deve garantir que informações, como deliberações e contratos de gestão, estejam acessíveis no site do comitê, oferecendo transparência a todos os interessados, especialmente em relação à execução de recursos na bacia hidrográfica. O grupo de acompanhamento tem a missão de avaliar se as metas e os indicadores financeiros acordados foram atingidos, identificando eventuais falhas e sugerindo melhorias em seus relatórios. Além disso, abordou competência do grupo de acompanhamento em avaliar a execução do PPA (Plano Plurianual), destacando que houve uma alteração recente na Lei 13.199, que modificou o percentual mínimo de aplicação dos valores arrecadados pela cobrança pelo uso de recursos hídricos, de 92,5% para 80%, destinado a investimentos na bacia hidrográfica onde foram gerados. A legislação anterior falava de monitoramento, mas a nova lei foca apenas em investimentos e despesas de custeio necessárias para a estruturação dos órgãos e entidades do sistema. Por fim, mencionou que o grupo de acompanhamento verificará a execução do PPA, com a participação da Peixe Vivo, que realiza reuniões periódicas para apresentar os resultados ao grupo. Ela também observou a previsão de reuniões presenciais e, possivelmente, algumas online. Após alguns questionamentos e esclarecimentos, feitos entre a Giuliane e a plenária, o presidente colocou a reunião suspensa para que os segmentos definissem entre si seus representantes. O Presidente Heleno Maia declarou que seria necessário selecionar representantes de diferentes setores para compor a diretoria: um representante do poder público estadual, um do poder público municipal, um dos usuários e um da sociedade civil. Em seguida, conforme as indicações de cada segmento, ficou definida a composição do Grupo de Acompanhamento: representando o poder público estadual, a SEAPA; representando o poder público municipal, Ouro Preto; representando os usuários, Ardósias Figueiredo; representando a sociedade civil, o Instituto Ibi Auá e indicado pela diretoria, FAEMG. O presidente abriu para discussão, mas não houve manifestações. Em seguida, colocou a proposta em votação, solicitando que os favoráveis permanecessem como estavam e que os contrários se manifestassem. Não havendo manifestações contrárias, a proposta foi aprovada por unanimidade.

Apresentação da empresa AECOM sobre o andamento dos trabalhos em desenvolvimento na bacia do Rio Paraopeba., O Presidente Heleno Maia discursou sobre o ponto de pauta relacionado à AECON, destacando que havia uma expectativa de que a organização estivesse presente na reunião para explicar seus trabalhos, o que não ocorreu. Ele comentou que a AECON não respondeu aos chamados do comitê, o que ele considera um desrespeito, possivelmente por desconhecerem a nova diretoria e o comitê, ou por tratarem o comitê como algo de pouca relevância, mencionando que já agendou uma reunião com o Presidente do Tribunal de Justiça, Dr. Luiz Carlos, e o Procurador Geral, para discutir essa situação. Ele criticou o fato de a AECON não compartilhar informações com o comitê e afirmou que essa postura autoritária já foi discutida com as autoridades, que concordaram em marcar uma reunião com os promotores de justiça responsáveis. A reunião futura contará com a presença da diretoria e demais interessados, e o objetivo será adotar uma postura mais firme e assertiva diante da falta de envolvimento da AECON. Ele mencionou também que, no passado, outro comitê tomou a frente em discussões importantes do rompimento da barragem, enquanto o Comitê da Bacia do Paraopeba ficou sem acesso às informações, inclusive referentes ao acordo firmado, o qual não menciona o comitê. Ele destacou que o acordo foi fechado sem a participação de todos os atores relevantes, como o comitê, embora incluísse o Tribunal de Justiça, o Governo do Estado e a Defensoria Pública. O presidente destacou que é fundamental que o comitê seja incluído nesse processo de articulação, e, caso não seja, ele planeja apelar ao STF para garantir que o comitê tenha acesso às informações e esteja envolvido nas decisões. O conselheiro Jose Antônio Melo, após a fala do presidente, comentou que este deverá aproveitar uma oportunidade para cobrar um posicionamento acerca do tema do próprio governador. Ele destacou que essa poderia ser uma abordagem inicial, embora fosse evidente que o governador não estava diretamente envolvido na situação, pois ele é a pessoa que pode intervir nesse contexto. Jose Antonio Melo sugeriu que essa fosse uma opção a ser considerada. O Presidente informou que o governador estava em outra agenda, e ao comentar sobre o assunto com o governador, este fez uma observação à sua secretária e ao assessor que estava presente. O assessor sugeriu que fosse agendada uma reunião, enfatizando que o tema deveria ser discutido, pedindo para que marcassem essa reunião com o presidente do Comitê Gestor Pró-Brumadinho, expressando a sua frustração, afirmando que não sabia como se comunicar com presidente deste comitê pró-Brumadinho, que é mais fácil falar com o

governador do que com o presidente desse comitê gestor, ressaltando a estranheza de não ter comunicação direta com o comitê pró-Brumadinho. Altino, do Instituto Ibi Auá, expressou seu apoio às declarações do presidente do CBH-Paraopeba, Heleno Maia, ressaltando que, no momento do rompimento, houve um grande esforço por parte do Comitê de São Francisco para incluir o Comitê do Paraopeba nas discussões sobre Brumadinho. Ele mencionou que, apesar de seu apoio total, a inclusão do Comitê do Paraopeba não foi aceita, o que resultou em maiores transtornos. Destacou que o comitê possui um plano diretor e um bom conhecimento da bacia, além de capilaridade, e que, em nenhum momento durante a construção do acordo e nas ações subsequentes, o comitê foi consultado. Ele argumentou que a negligência em relação a informações e representações é determinante para a gestão dos recursos hídricos da bacia. Por fim, enfatizou a importância de reconstruir conexões perdidas e a necessidade de inserir o Comitê do Paraopeba nesse processo. O presidente, Heleno mais passou para o próximo ponto de pauta: **Assuntos Gerais**. O conselheiro Gabriel Reis, representando a Ardosias Figueiredo, fez uma observação sobre a minuta do ofício circula, referente ao programa de produtores de águas que havia sido enviado por e-mail. Ele mencionou que, na última reunião, foram realizadas apresentações e ajustes em relação a alguns fatores ambientais e sociais que precisavam ser considerados, destacando que o documento disponível estava desatualizado e que era necessário aguardar a conclusão das eleições, uma vez que o assunto envolvia muitas prefeituras. Após esse período, ele afirmou que fariam os ajustes necessários e informariam a diretoria e todos os municípios sobre as mudanças. Gabriel explicou que haveria uma alteração significativa nas preferências diárias, ressaltando que todos os municípios estariam incluídos e concorrendo, embora alguns critérios, como localização e necessidade de recuperação ambiental, teriam um peso maior na avaliação. Ele finalizou dizendo que todas essas informações seriam comunicadas posteriormente. Paulo Henrique, da Condapav, expressou seu desejo de questionar a CTPLAN sobre a inclusão de critérios já elaborados de PSA e recuperação de áreas, além da conservação, ressaltando que seria relevante aumentar as áreas de proteção dos mananciais. Ele sugeriu que esse detalhe fosse considerado como um critério diferenciado. O conselheiro Gabriel Reis respondeu que, em uma concorrência pública, os critérios abordados seriam variados e atenderiam às necessidades da bacia. Ele não tinha certeza sobre a inclusão de critérios de prefeituras, mas enfatizou que haveria uma avaliação interessante. Gabriel destacou a importância da participação do poder público e mencionou que haviam solicitado a inclusão de alguma instituição e da sociedade civil, sempre com a concordância da prefeitura, que é um agente muito relevante nesse processo. Ele garantiu que, se a prefeitura estivesse de acordo e se envolvesse, certamente estaria à frente da situação. Jaqueline Fonseca, da Agência Peixe Vivo, considerou a inclusão desse programa válida, pois isso poderia favorecer a execução do projeto na microbacia, mencionou que levaria essa sugestão adiante, afirmando que, conforme o Gabriel já havia dito, o assunto já foi apresentado e discutido na CTPLAN, e que eles estavam em fase de ajustes, conforme as recomendações da última reunião. Ela também planejou conversar com Paulo, um funcionário da Peixe Vivo que está trabalhando diretamente no edital, para discutir a inserção da proposta. Além disso, Jaqueline destacou que, por solicitação da Câmara Técnica, seria importante aguardar o término das eleições antes de iniciar o processo de divulgação e inscrições, para evitar qualquer interferência política. Ela garantiu que, assim que a versão final do edital estivesse pronta, seria enviada novamente a Gabriel da CTPLAN, que a encaminharia para a diretoria para a aprovação final, após o que a divulgação seria realizada. Não havendo nenhum assunto a ser tratado, presidente do comitê, Heleno Maia Santos Marques do Nascimento, declarou encerrada a 38ª (trigésima oitava) reunião extraordinária do CBH Paraopeba, agradecendo a presença de todos. A presente ata foi lavrada pelo auxiliar administrativo Judson Wesley Lopes de Carvalho Júnior e após ser enviada para os conselheiros foi aprovada na reunião do dia 29 de novembro de 2024.

Guilherme da Silva Oliveira
Secretário do CBH do Rio Paraopeba

Heleno Maia Santos Marques do Nascimento
Presidente do CBH do Rio Paraopeba



Documento assinado eletronicamente por **Heleno Maia Santos Marques do Nascimento**, **Presidente(a)**, em 12/12/2024, às 17:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **103056763** e o código CRC **8C374A7E**.

Referência: Processo nº 2240.01.0007035/2024-86

SEI nº 103056763